



ATA - SEGOV/SEGEST/CIG

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA DA
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Aos quatorze dias do mês de julho, de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta e quatro minutos, realizou-se a segunda reunião presencial, no Anexo do Palácio do Buriti, 4º Andar, Sala 412, Zona Cívico-Administrativa, Praça do Buriti, Brasília – DF, CEP 70075-900 com os membros que compõem o Comitê Interno de Governança da Secretaria de Estado de Governo – CIG/SEGOV, para discussão e deliberação sobre a implementação de políticas de governança, com os seguintes pontos de pauta: 1- Gestão de Risco - Implementação da Política; 2- Regimento Interno das Administrações Regionais; 3- Governança das Administrações Regionais; 4- Estrutura de Pessoal e Recursos Humanos; 5- Outros assuntos. A reunião iniciou-se com a checagem de presença dos participantes: 1. Sueli Rodrigues de Sousa, Secretária Executiva de Gestão Estratégica, da Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/SEGEST, na qualidade de Presidente substituta; 2. João Egmont Leônico Júnior, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da SEGOV/SEGEST/UNIPLE; 3. Edilson Carrusca de Oliveira, Subsecretário de Administração Geral da SEGOV; 4. Marco Aurélio de Carvalho Demes, Subsecretário de Operações nas Cidades - SUOC/SECID; 6. Ana Lúcia Pereira de Melo, Subsecretária de Mobiliário Urbano e Apoio às Cidades - SUMAC/SECID; 7. Luciane de Abreu Martins Prata, Chefe de Gabinete - SEGOV; além de servidores da SEGOV no apoio técnico. A Secretária Executiva de Gestão Estratégica da SEGOV, Sueli Rodrigues de Sousa, deu início à reunião destacando a necessidade de implementar políticas de governança diante da limitação de recursos humanos na Secretaria, informando que na SEGOV há poucos servidores na rede, sendo que na própria Secretaria Executiva há apenas ela e Josymary, situação que se repete nas demais unidades com estruturas reduzidas. Mencionou que essa dificuldade impacta diretamente na implementação das políticas necessárias, sendo fundamental buscar soluções para dar fluidez aos processos. Com a palavra, João Egmont apresentou como item prioritário a implementação da Política de Gestão de Riscos, explicando que a medida tornou-se urgente devido às constantes cobranças dos órgãos de controle, incluindo Tribunais de Contas e Ministério Público. Informou que cada Administração Regional (RA) está aplicando suas próprias metodologias de gestão de risco de forma descoordenada, sendo necessária a padronização dos procedimentos em toda a rede. Esclareceu que a proposta de política já foi distribuída aos presentes e passou pela análise do gabinete, constituindo o primeiro passo para estruturar adequadamente esta área. Após a aprovação da política, será necessário formar um grupo de trabalho técnico especializado, composto por representantes da Subsecretaria de Administração Geral, Gabinete e Secretaria Executiva das Cidades. Patrícia Souza assessora especial do Gabinete, complementou as informações destacando que, além da gestão de risco, a integridade também está sendo demandada pelos órgãos de controle como tema correlato, havendo chegado novos processos sobre o assunto no início do ano. Enfatizou que atualmente as RAs estão sendo cobradas pelos órgãos de controle, sendo que algumas já têm o Comitê Interno de Governança implementado e outras estão em processo de implementação. Vanessa Alves, assessora especial da secretaria adjunta, reportou o andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do Regimento Interno das Administrações Regionais, destacando que o documento vigente está desatualizado e necessita de atualização conforme o manual da CGDF. Informou que o trabalho está sendo realizado minuciosamente, "palavra por palavra", pelo GT atual, mas expressou preocupação com a lentidão do processo, que tem impedido as RAs de estruturarem adequadamente seu planejamento estratégico e governança, uma vez que falta um documento que defina claramente suas competências. Mencionou que foi instituído um grupo de trabalho para tratar da revisão do regimento, sendo que o trabalho está sendo desenvolvido paralelamente ao regimento da SEGOV. João Egmont enfatizou que algumas administrações, como Varjão, Vicente Pires e Águas Claras, esperam por definições, havendo inclusive RAs que têm enviado demandas diretamente à Controladoria

por ausência de orientação adequada. Explicou que toda a questão de governança envolvendo as RAs está "solta", no sentido de que eles estão cobrando o regimento interno, pois para fazer um planejamento estratégico é necessário ter um regimento interno definindo as competências e estruturas. Luciane Prata, informou que chegou um processo solicitando a criação de unidade de controle interno em cada RA, mas que houve um entendimento equivocado, sendo que a controladoria abarca 13 órgãos e as RAs estão incluídas nesse pacote. A discussão revelou que o GT atual está muito enxuto para dar conta da demanda, sendo composto por Ailton, Vanessa, Jailton, Ronald, Sueli e Carolina, trabalhando simultaneamente em três frentes: o Decreto 39.610, o regimento da SEGOV e o regimento das RAs. Foi destacado que o regimento das RAs não é atualmente a prioridade do GT, situação que precisa ser revertida dado que os administradores regionais estão procurando a controladoria para fazer questões que deveriam ser tratadas internamente. Durante a discussão, foi mencionado que o trabalho anteriormente desenvolvido pelo GT coordenado por Marquinhos da Candangolândia não foi aproveitado, sendo necessário começar novamente todo o processo, havendo chegado apenas uma sugestão de estrutura, o que demonstra a necessidade de definir se haveria continuidade ou se seria necessário recomeçar completamente o trabalho. João Egmont relatou o panorama atual da governança nas RAs, mencionando que os ASPLANS têm trazido questionamentos sobre a falta de autonomia por serem assessorias, com muitos sugerindo a transformação em diretorias para implementar adequadamente o planejamento estratégico e a governança. Informou que algumas RAs estão mais avançadas no processo, como Ceilândia e Jardim Botânico, enquanto outras apresentam dificuldades e equipes menos experientes. Destacou que foi feita uma visita às RAs e que a maioria das equipes são servidores de carreira, o que facilita a continuidade do trabalho. O palestrante informou que já foi concluído o planejamento estratégico nas trinta e cinco RAs, tendo sido criado um material compilado em formato de livro com as problemáticas de cada administração, que será entregue ao Governador, ao Secretário José Humberto, ao Secretário de Fazenda e à Vice-Governadora. Mencionou ainda que foram realizadas várias ações para organizar a estrutura das administrações, incluindo mapeamento estrutural, treinamentos com administradores e orientações para novas gestões. Sueli Sousa abordou as significativas limitações de recursos humanos, destacando que a SEGOV possui uma estrutura muito reduzida de servidores de carreira. Mencionou que recentemente chegaram alguns servidores da carreira PPGG, porém com limitações decorrentes do estágio probatório, que deve ser cumprido na casa de origem. A discussão abordou questões específicas sobre progressão na carreira, equivalência de atividades e a necessidade de uma campanha para atrair mais servidores de carreira para a Secretaria, visando garantir a continuidade da gestão independentemente das mudanças de governo. Passou-se para as deliberações, sendo aprovada a implementação da Política de Gestão de Riscos da SEGOV, com a constituição do respectivo Grupo de Trabalho conforme proposta apresentada. João Egmont ficou responsável por finalizar a Portaria para publicação no DODF e coletar as indicações dos membros do GT até a próxima semana. Foi também aprovada a ampliação do Grupo de Trabalho do Regimento das RAs para acelerar os trabalhos, com a inclusão de João Egmont, Artur Dornas e representante da AJL (este último como ouvinte). Vanessa Alves ficou responsável por elaborar cronograma detalhado com prazos definidos para dar celeridade ao andamento. Aprovada ainda a organização de oficina com todas as RAs e a continuidade do processo de capacitação dos administradores, com responsabilidade da equipe da SECID e Carolina Kohirausch. Posteriormente, passou-se aos encaminhamentos, sendo estabelecido que João Egmont deve submeter a proposta da política de gestão de riscos ao grupo de governança para análise e validação, além de agendar a primeira reunião do GT específico. Foi determinado que as RAs com demandas mais urgentes receberão atendimento prioritário. O GT do Regimento manterá reuniões semanais, normalmente às terças-feiras, e será estabelecido canal para participação efetiva das RAs no processo de revisão, garantindo que o trabalho seja realizado de forma democrática e participativa. A SEGEST ficou responsável por elaborar a Ata de reunião e enviar para revisão, inserção ou supressão de informações e, por fim, a chancela de todos os membros do Comitê. Foi informado que a próxima reunião será realizada para apresentação do cronograma do Regimento, formação do GT de Riscos e definição das tratativas com a CGDF para treinamento e início dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às dezessete horas aproximadamente, lavrando-se a presente Ata, a qual, após lida e aprovada por todos os presentes, segue assinada pela Secretária Executiva de Gestão Estratégica, Sueli Rodrigues de Sousa, que presidiu a reunião, pelo Chefe de Unidade de Gestão Estratégica, João Egmont, que copresidiu a reunião e revisou o presente relato, por mim, Adacto Artur Dornas de Oliveira, que registrou a referida reunião e pelos demais participantes.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO EGMONT LEÔNCIO JUNIOR - Matr.1716585-7, Membro do Comitê**, em 22/07/2025, às 15:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON CARRUSCA DE OLIVEIRA - Matr.1701609-6, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 23/07/2025, às 15:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURELIO DE CARVALHO DEMES - Matr.1689351-4, Subsecretário(a) de Operações nas Cidades**, em 28/07/2025, às 14:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SUELI RODRIGUES DE SOUSA - Matr.1691099-0, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão Estratégica**, em 07/08/2025, às 15:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANE DE ABREU MARTINS PRATA - Matr.0158353-0, Chefe de Gabinete**, em 07/08/2025, às 16:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=176061745)
verificador= **176061745** código CRC= **F8BFC2CA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Palácio do Buriti, Sala P-60 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.df.gov.br